

IMPORTÂNCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS PARA A TOMADA DE DECISÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Jéfilani Dos Anjos Silva - Graduada em Ciências Contábeis
Universidade Católica Dom Bosco
Rua Imaculada Conceição, 1155 - Bloco Acadêmico - Sala 217 - Prado Velho - Curitiba, PR
jefilani@hotmail.com

June Alisson Westarb Cruz - Doutorando em Administração (PUCPR)
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Rua Imaculada Conceição, 1155 - Bloco Acadêmico - Sala 217 - Prado Velho - Curitiba, PR
june.cruz@ymail.com

Daniela Torres da Rocha - Mestranda em Administração (PUCPR)
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Rua Imaculada Conceição, 1155 - Bloco Acadêmico - Sala 217 - Prado Velho - Curitiba, PR
danitorres.rocha@gmail.com

Prof. Valdir Cereali
Mestre em Controladoria e Contabilidade - FEA/USP
Contador - FAE - Curitiba/PR
Auditor do TCE-MT
Professor graduação e pós-graduação

RESUMO: O presente estudo aborda de forma descritiva a identificação das ações utilizadas no município de Cabrobó (PE), com intuito de que se evidencie o processo de transparência do município em se tratando da elaboração do orçamento e demonstrar as informações referentes à execução orçamentária durante a gestão atual. O referencial teórico analisa a transparência quando esta situa-se como aspecto político do processo orçamentário, bem como as contribuições e características da contabilidade enquanto instrumento de transparência da execução orçamentária. A contabilidade, por desempenhar papel extremamente importante para divulgação dos resultados do processo, tem como compromisso evidenciar informações e dados, para que possa contribuir para o aumento da *accountability* em relação aos recursos públicos consolidados por meio do processo orçamentário.

Palavras-Chave: Orçamento; Transparência; Prestação de Contas; Contabilidade Pública; Controle.

ABSTRACT: The study examines in a descriptive way to identify the actions used in the city of Cabrobó (PE), with the aim of showing that the process of transparency in the city when it comes to budgeting and show the information on budget execution during the management current. The theoretical analysis transparency when this stands as the political aspect of the budget process, as well as the contributions and characteristics of accounting as an instrument of transparency in budget execution. Accounting for play extremely important role in disseminating the results of the process, is committed to highlight information and data, so you can contribute to increased accountability for public resources consolidated through the budget process.

Keywords: Budget; Transparency; Accountability; Public Accounting; Control.

1 INTRODUÇÃO

As constantes transformações que vivenciamos, sejam elas em questões ideológicas e de globalização, seja nos fatores de ordem e parâmetros geográficos, demográficos e tecnológicos, acolhe-se o reflexo do modelo de Estado. Em detrimento específico da administração pública, uma dessas ordenações atuais é a abordagem gerencial em substituição ao modelo burocrático até então vigente, o qual exige do administrador público, não importando sua ideologia partidária vigente, acompanhar essa transformação.

Em relação à administração pública municipal, esta se compromete em estabelecer a participação de representantes da comunidade, ou seja, do administrador-geral, representado pelo prefeito, e de outros auxiliares públicos. A administração pública desta forma, não é mais encarada como o conjunto de secretarias, autarquias, fundações etc., que executam atividades isoladas. Estabelecendo-se como corpo único e sistema aberto em contínua interação com o ambiente e, o mais importante, a qual gerencia recursos fornecidos direta ou indiretamente pela sociedade com o intuito de que lhe sejam revertidos na forma de benefícios.

A primazia que existe no setor público municipal é, segundo a Carta Magna, o bem-estar da coletividade local a qual exerce a sua missão, utilizando-se do orçamento público, sendo este operacionalizado por fases denominadas de ciclo orçamentário. No entanto, observa-se que os gestores municipais se valem da contabilidade e seus controles para o acompanhamento de sua própria gestão, os quais se podem dizer, pouco utilizam os mecanismos do ciclo orçamentário para as tomadas de decisão.

É extremamente importante considerar que a contabilidade constitui-se como instrumento de comunicação para usuários internos e externos. É importante ao gestor, que este, dentre suas responsabilidades tenha pleno entendimento da relevância do que a contabilidade pode prover e utilizar as fases do ciclo orçamentário, para que, o processo decisório sobre priorização de gastos e diminuição de custos, não penalize a camada da população, que são totalmente dependentes de serviços públicos de, no mínimo boa qualidade, bem como não incorra em ilegalidades constitucionais.

Neste contexto, este artigo tem como objetivo analisar o sistema de contabilidade pública, uma vez que este é o suporte do ciclo orçamentário no município de Cabrobó-PE.

Este artigo está organizado em cinco seções, incluindo-se esta introdução. Na seção 2 apresentam-se a literatura relevante acerca da temática, bem como o problema de pesquisa abordado. Em seguida, na seção 3, é relatada a metodologia adotada para a realização da pesquisa. Logo após, na seção 4, são apresentados e discutidos os resultados alcançados no estudo e, na seção 5, desenvolvem-se os argumentos a título de considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, abordam-se os principais conceitos utilizados neste estudo. O detalhamento do referencial teórico está dividido em quatro partes: administração

pública municipal, a contabilidade pública, a transparência na administração pública e, a tomada de decisões.

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

A partir da segunda metade do século XX, começaram a surgir mudanças significativas no cenário sócio-político e econômico do Brasil, onde o Estado, dentre suas funções, sofreu profundas transformações, quais sejam a da prestação de serviços públicos em diversas áreas, visando o bem-estar da população. A figura do Estado passou de modelo centralizado para uma estrutura descentralizada. Em detrimento disto, diversas funções foram transferidas às estruturas locais de poder.

Os municípios detiveram então maior autonomia financeira e administrativa para que assim atuassem enquanto ente público. As ações municipais não se restringem à manutenção de serviços públicos (anteriormente considerados de competência municipal), mas sim que prestem contribuições relevantes e efetivas para o desenvolvimento local, associadas à obtenção de melhorias na área social.

Segundo Reis (2004, p. 52-53) a Constituição da República de 1988 reforçou esta atenção com o controle para a preservação:

1. da integridade do patrimônio público;
2. da ética na gestão dos recursos públicos;
3. da economicidade, da eficiência, da eficácia e da efetividade e legitimidade das ações governamentais na gestão e geração de benefícios em favor da sociedade.

Tais conceitos gerenciais devem estar constantemente presentes na preocupação dos gestores governamentais.

Detentor, portanto de atribuições mais abrangentes, o orçamento municipal adquire, conseqüentemente maior complexidade. Este fato incorre na necessidade premente de adotar mecanismos cada vez mais eficientes, os quais permitam a elaboração, execução e prestação de contas adequadas do orçamento.

2.2 A CONTABILIDADE PÚBLICA

No âmbito da administração pública, a contabilidade, vem contribuir de maneira significativa no processo de planejamento, execução e prestação de contas do orçamento público, consolidando-se como importante instrumento de evidenciação dos atos previstos no orçamento.

Para Bezerra Filho (2006) a Contabilidade Pública define-se como o ramo da Ciência Contábil que controla o patrimônio público, evidenciando as variações e os conseqüentes resultados, decorrentes dos atos e fatos de natureza orçamentária, financeira e patrimonial nas entidades de Administração Pública.

Para que haja eficiência no controle da execução orçamentária e financeira é fundamental à função da Contabilidade, no sentido de que esta preste as informações que venham representar fidedignamente a realidade econômico-financeira e patrimonial do conjunto dos órgãos e entidades públicas.

Segundo Reis (2004, p. 89):

na administração pública o controle é determinado pela legislação que lhe pertence, tal como se vê na Constituição da República, na Lei n.º 4.320/64, na Lei de Responsabilidade Fiscal e, evidentemente, nas Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais.

Desta forma, a transparência no setor público é um requisito indispensável para uma gestão democrática, dependendo é claro, do grau e forma como se dá o acesso dos usuários da informação.

No entanto, para que a Contabilidade alcance seu objetivo, é necessária a evidenciação das informações contábeis de forma transparente e útil para a tomada de decisão, considerando-se o que cada usuário considera relevante. Importante destacar que o valor da informação não é dado somente pela quantidade fornecida, mas também pela utilidade que tem esta para o usuário, bem como este a interpreta e compreende de forma satisfatória.

o sistema atualmente utilizado para as informações geradas pela gestão orçamentária, financeira, patrimonial e gerencial, que visa também pôr o cidadão-contribuinte a par do que acontece na administração pública brasileira, carece de um estudo mais profundo a partir das classificações dos elementos que passam a integrar as transações realizadas pelo setor-governo (IBID, p. 43).

A Contabilidade, portanto, assume extrema relevância no processo de compreensão dos diversos aspectos do orçamento, não apenas em seu aspecto técnico ou jurídico, mas também os de natureza política e econômica (configuração das receitas e despesas). As informações pelas quais disponibiliza acerca da execução orçamentária, proporcionam análises mais dinâmicas e profundas, revelando importantes aspectos da gestão pública e de seus desdobramentos para a sociedade.

Para Reis (2004, p. 184):

a função da contabilidade é produzir informações úteis e confiáveis para o exercício do controle e da avaliação de desempenho, com base em princípios ou regras que lhe são inerentes. Quanto à auditoria, sua função é verificar o cumprimento das obrigações, dos programas e da veracidade das informações geradas pela contabilidade, bem como prevenir danos ou prejuízos ao patrimônio da entidade.

Toda e qualquer informação contábil agrega o compromisso inalienável da Contabilidade para com seus usuários, pressupondo-se seus próprios objetivos; a qual diz respeito à apresentação sistematizada e ordenada de informações a nível quantitativa e qualitativa, propiciando desta forma bases adequadas de informações para o usuário.

Com frequência os órgãos reguladores da prática contábil, têm se preocupado em garantir o fornecimento de informações contábeis capazes de atender às exigências dos usuários externos, expedindo normas que tratem explicitamente da divulgação das demonstrações contábeis.

Diante do contexto apresentado, verifica-se que a Contabilidade Pública tem por objetivo evidenciar claramente a situação de todos aqueles que venham a arrecadar receitas, efetuar despesas, que administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou mesmo confiados.

Para tanto, tem como premissa principal fornecer todos os dados e informações necessárias, as quais sejam úteis aos usuários por meio de identificação, mensuração, bem como da explicitação do orçamento público e dos

eventos econômicos, consubstanciados em relatórios e em análises desenvolvidas pelos contadores que atuam nessa área.

2.3 A TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No setor público, o prenúncio das informações consiste em substanciar o processo decisório dos dirigentes públicos, de maneira a demonstrar à sociedade como os recursos públicos arrecadados são aplicados.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, através do art. 5º, incs. XXXIII, XXXIV e LXXII, expressa claramente que deve existir transparência de informações referentes ao setor público.

Entretanto, dar publicidade não significa necessariamente transparência. É necessário que as informações que sejam disponibilizadas, sejam capazes de comunicar o real sentido pela qual expressam, de forma que não pareçam dados enganosos. Deve-se considerar que a autenticidade da transparência não pode se limitar a permitir acesso somente a informações e dados ditos “maquiados”, mas sim na possibilidade real de que todo cidadão possa obter e interpretar a informação completa, relevante, oportuna, pertinente e confiável, sobre a gestão de recursos.

A transparência do Estado se concretiza efetivamente quando do acesso do cidadão à informação governamental, o que tornam as relações mais democráticas entre Estado e sociedade civil.

Toda e qualquer informação nesta área torna-se transparente quando disponibilizada sem travas ou requisitos, que seja compreensível ao incluírem-se todos os elementos relevantes, confiáveis e de qualidade, os quais permitam aos interessados, prestarem as devidas contribuições ao processo de definição de políticas públicas.

De acordo com Moritz e Pereira (2006, p. 17):

na medida em que a informação é uma ferramenta gerencial usada por todos os níveis dentro de uma organização, é preciso que ela satisfaça certos requisitos. Como qualquer ferramenta, ela deve ser apropriada para a tarefa. Além disso, ela necessita ser completa e precisa e deve ser trabalhada com pontualidade para ser útil. Já que a qualidade da mesma influencia muito a tomada de decisão, a não satisfação desse requisito pode levar a um possível desequilíbrio organizacional.

Desta forma, entende-se como transparência a produção e divulgação sistemática de informações, além de constituir-se em um dos requisitos fundamentais da boa governança. Cumprindo assim, a função de aproximar Estado e sociedade, ampliando de forma tangível o nível de acesso do cidadão às informações sobre gestão pública.

O principal objetivo da transparência consiste em garantir a todo e qualquer cidadão (por meio de diversas formas que possam organizar), acesso às informações que estejam explícitas as ações a serem realizadas pelos governantes, sejam as que estejam em andamento ou mesmo as que foram executadas em períodos anteriores, quando esta prevê ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos e divulgação de audiências públicas, dos planos, diretrizes orçamentárias, orçamentos, relatórios periódicos da execução orçamentária e da gestão fiscal, bem como das prestações de contas e pareceres prévios emitidos pelos tribunais de contas.

A transparência não deve estar voltada somente a fatos presentes praticados pela administração pública, mas que também esta garanta informações de períodos anteriores, o que possibilitará estudos de caráter evolutivo e comparativo acerca da atuação dos gestores. Deve também priorizar os diversos meios em que é possível promover ampla divulgação das informações pertinentes à gestão pública, sejam elas relacionadas ao planejamento e elaboração orçamentária, como também o de sua execução, controle e avaliação.

Encarada como aspecto político de gestão do orçamento, a transparência assume algumas funções como: agente da democracia, agente facilitador da prestação de contas e agente da mudança e da sustentação de políticas.

A transparência proporciona elevada importância para a consolidação da democracia, quando da divulgação dos processos por intermédio dos quais as decisões são tomadas e as preferências alocativas são definidas. Este fato acaba gerando a possibilidade de intervenção da coletividade/cidadania na eliminação da soberania de interesses particulares em detrimento do interesse público.

Conforme exposto por Moritz e Pereira (2006, p. 36):

a Administração Participativa é a melhor espécie de administração e, por conseguinte, sua tarefa é garantir participação coletiva em todos os aspectos da tomada de decisão.

Importante ressaltar que quando o orçamento público torna-se transparente e democrático e sua execução é devidamente fiscalizada, a prestação de contas proporcionará uma maior compreensão e análise da execução orçamentária.

Portanto, diante da divulgação para a coletividade acerca do que o Governo tem realizado, traz à tona a possibilidade de mobilização social, com intuito premente de mudar uma política obscura bem como manter uma política de gestão transparente até então adotada. Desta forma, a transparência atua como agente de mudança ou mesmo de sustentação de políticas adotadas. Assim, nota-se que a transparência acaba provocando efeitos tanto no processo/planejamento orçamentário quanto nos resultados da gestão.

um processo de decisão inicia-se pela identificação das necessidades, do que é possível fazer, da informação que está disponível e da comunicação que precisa ser efetuada. Espera-se que estes elementos, ordenados numa estrutura lógica, resultem na possibilidade de uma melhor decisão (IBID, p. 30).

Tendo em vista a transparência na evidenciação das ações do governo municipal, esta pode vir a ser obtida por meio de iniciativas como: incentivo à participação da sociedade local para definição exclusiva dessas ações; criação de mecanismos para o acompanhamento das ações que foram priorizadas pela gestão, como um conselho municipal de orçamento, onde os membros são escolhidos democraticamente pela própria comunidade local; elaboração de uma prestação de contas concernente com o que foi planejado, em linguagem que permita sua compreensão pelos agentes responsáveis por seu acompanhamento.

Ressaltamos que a transparência da gestão pública está intimamente relacionada ao conceito de *accountability*, termo que no Brasil está associado com a responsabilização ou prestação de contas pelo gestor dos recursos públicos. Assim, tornar as informações mais acessíveis e a gestão pública transparente passa indubitavelmente por um novo modelo de *accountability*.

Considerada como um requisito indispensável para uma gestão democrática, a transparência do setor público vai depender do grau e da forma como esta se dá no acesso dos usuários da informação em que tais variáveis são definidas mediante um processo político e ideológico, o qual se opta ser transparente ou não.

Atualmente, os debates em nosso país, acerca da transparência da gestão pública se reportam à Lei Complementar n.º 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Esta lei representa devida exigência para que haja transparência da gestão fiscal para sua ampla divulgação de acesso público, sejam eles os meios eletrônicos, dos instrumentos de planejamento orçamentário, das prestações de contas e respectivos pareceres e outros relatórios concernentes à gestão fiscal. A transparência pela qual a LRF tem buscado alcançar, objetiva permitir à sociedade conhecer e compreender de forma clara e precisa as contas públicas. Desta forma, não basta somente a divulgação de informações. Essa transparência que a lei almeja não pode ser confundida em mera divulgação de dados. É necessário que essas informações sejam compreendidas pela sociedade, devendo estas serem dadas em linguagem clara, objetiva, sem maiores dificuldades.

A informação a qual é prestada pela contabilidade pública detém maior importância quando esta é analisada sob a ótica da transparência. Através de seus princípios, o da evidência, a contabilidade assume a função primordial de oferecer à população informações dispostas de forma clara e objetiva, passíveis de serem compreendidas e utilizadas pela mesma.

No presente artigo, o conceito de transparência agrega-se no dever de prestar contas de forma clara e objetiva, para que possa proporcionar a atuação da sociedade como agente fiscalizador dos atos dos gestores.

Desta forma, a transparência gerada na disponibilização das informações referentes à gestão pública, como também na coerência e fidedignidade da prestação de contas públicas, revela uma opção política do gestor, permitindo este que seus atos bem como os resultados produzidos por estes sejam avaliados pela sociedade.

2.4 A TOMADA DE DECISÕES

Atualmente, alguns modelos de gestão governamental vem sendo adotados para orientar as mais diversas iniciativas de reformas administrativas que se encontram em curso, com tendência hegemônica daqueles que operam com políticas e estratégias institucionais de racionalização estritamente sistêmica, reguladas por uma logística de natureza preponderantemente econômica e pautadas por uma agenda de ajustes fiscais, estruturais, funcionais, dentre outras.

De acordo com Reis (2004, p. 184):

as demonstrações e os relatórios elaborados pela contabilidade serão setorializados ou por fundos, possibilitando melhor visualização do desempenho da organização, facilitando sua interpretação, análise, avaliação nos aspectos gerenciais, a auditoria e, por fim, o processo decisório.

Caminhando no aporte desta tendência, vale mencionar que uma das principais variáveis a ser controlada é o tensionamento estabelecido na diversidade existente entre as demandas e a capacidade de respostas governamentais eficientes e eficazes, em termos padronizados do mercado político; tendo em vista a necessidade de preservação de uma dinâmica sistêmica estável e sustentável, para

que estas sistematicamente detenham de regulação permanente para o constante tensionamento entre os sistemas de representação de interesses e de execução das políticas públicas.

Tal tendência de modelagem que se apresenta no setor público voltada as reformas administrativas, está mais voltada para o fortalecimento e incremento da capacidade gerencial de governo; para a instituição de sistemas de condução e regulação, com direcionalidade sistêmica intrínseca e racionalidade teleológica. Visualiza-se, portanto, um entorno logístico, na qual a capacidade governamental para a implementação de políticas públicas apresenta-se com valores na medida em que passa a produzir o superávit na equação entre custos orçamentários e benefícios eleitorais.

Importante observarmos que, a princípio e na prática, que a tendência hegemônica de racionalização gerencial para as reformas administrativas de governo pode ser (in)congruente ou mesmo até (contra)producente para com a direcionalidade constitucional e normativa, até então estabelecida para as políticas públicas em determinados setores governamentais.

De acordo com Reis (2004, p. 183):

muitos ainda não entenderam que a lei determina a existência de uma organização contábil para possibilitar à administração acesso a informações úteis e confiáveis, de caráter gerencial, no sentido de auxiliar o processo de tomada de decisões, além de atender àquela exigência, e vêem nela apenas o instrumento de registro ou de memorização dos fatos administrativos.

É de extrema relevância, portanto, que diretrizes normativas sejam estabelecidas para as políticas de gestão orçamentária, como as de descentralização política e administrativa, e que podem adquirir conotações diversas, dependendo obviamente das estratégias administrativas e programáticas adotadas efetivamente na gestão governamental.

Segundo Moritz e Pereira (2006, p. 117):

as decisões estratégicas tomadas pelos órgãos públicos têm conseqüências de longo prazo, dificilmente reversíveis, e baseiam-se em ideologias e valores, sendo o processo decisório nesse nível pouco suscetível à estruturação ou sistematização. Essas decisões não podem ser programadas, são únicas, variam de organização para organização e contêm diferenças fundamentais: a) Nos sistemas de valores e julgamentos administrativos que adotam; b) Nas pressões políticas que recebem; c) Nas habilidades decisórias de seus dirigentes; d) Nos recursos de que dispõem; e e) Na competência técnica e motivação de seus servidores.

No Brasil, e em particular, o setor governamental de finanças públicas, tem sido palco de importantes reformas institucionais. Os movimentos de compartilhamento de responsabilidades federativas e de descentralização das prerrogativas e competências institucionais entre as esferas governamentais têm produzido experiências consideravelmente singulares, onde são externadas contradições primordiais entre as premissas constitucionais e normativas estabelecidas, as alternativas e opções de direcionalidade institucional, as condições de governabilidade e a capacidade efetiva dos governos de implementação nos processos decisórios, bem como das políticas e estratégias adotadas.

Mortitz e Pereira (2006, p. 160) indicam que:

nas organizações, o uso da informação com valor estratégico vem sendo cada vez mais comum. Para garantir um adequado fluxo de informação, é necessária a construção de sistemas de informações que reforçam o acesso ao conhecimento para a tomada de decisões nesses espaços, uma vez que a informação está ligada ao conhecimento dos ambientes interno e externo das empresas.

Importante que haja conceitos logísticos mais apropriados para a análise sobre os modos e as práticas de gestão governamental. Os sistemas de direção estratégica devem servir de entorno logístico para as práticas de gestão governamental, tais como: a agenda dos dirigentes; o processamento tecnopolítico de problemas; o gabinete de crises; o planejamento estratégico; os orçamentos por programas; a cobrança e prestação de contas por desempenho; o monitoramento; a gerência por operações; o centro de treinamento de dirigentes.

Portanto, considerando-se a aplicabilidade desses conceitos logísticos, em termos de contexto, condições, âmbitos e tempos das práticas de gestão governamental, alguns podem ser extremamente úteis e, que se diga, convenientes para avaliações normativas sobre a capacidade de governos para a implementação de suas políticas.

As características da gestão municipal vêm apresentando avanços significativos na administração pública, como, por exemplo: maior número de parcerias institucionais; maior informatização de sistemas de informação; incremento no uso de planos plurianuais; maior utilização de novos modos de compras governamentais; políticas sociais mais participativas; inovações no relacionamento com os cidadãos; e maior preocupação com o trabalho em redes intergovernamentais.

A contabilidade é indispensável para que haja efetividade no controle da execução orçamentária e financeira. Tal controle é extremamente necessário tendo-se em vista a necessidade de prestar as informações que representam a realidade econômica do conjunto dos órgãos e entidades públicas, levada a efeito por meio da atividade financeira do Estado (receita, despesa, orçamento e crédito público), objeto de estudo prioritário tanto da Ciência das Finanças quanto do Direito Financeiro.

De acordo com Reis (2004, p. 48) a eficácia da informação será garantida se certas diretrizes forem necessariamente observadas, tais como:

- toda e qualquer operação deve ser contabilizada;
- a contabilidade deverá observar os princípios fundamentais de contabilidade e as normas estabelecidas pela legislação atinente;
- as operações a serem contabilizadas devem coadunar-se com os objetivos da instituição;
- os documentos devem ser rigorosamente arquivados;
- as operações devem ser comprovadas em documentos hábeis e legalmente reconhecidos;
- o órgão responsável deve ser funcionalmente independente e dirigido por profissional capacitado e legalmente habilitado;
- os fatos cujos elementos sejam incompletos devem ser contabilizados por estimativa ou em contas a classificar;
- o registro contábil somente deverá ser feito após exame do documento;
- a escrituração deve ser mantida em dia;

- a contabilidade deve apresentar os relatórios exigidos pela administração e pela legislação pertinente;
- o planejamento das contas deve atender aos objetivos da instituição, bem como entrosar-se com os demais dispositivos de controle geral estruturados pela administração, a fim de que a atividade de controle atinja o grau de eficácia esperado.

Desta forma, a função orçamentária apresenta-se como matéria com referencial relevante em todas as atividades governamentais, em cujas etapas de seu processo inicia-se com o planejamento, passam pela elaboração, discussão e aprovação do orçamento, expressam-se por meio da contabilidade e completam-se com o controle.

Portanto, conforme verificado neste preâmbulo teórico, a contabilidade pública ou governamental representa um importante instrumento de gestão e de controle para a administração pública.

Essa importância se dá pelo motivo de gerar e fornecer informações necessárias para que se possa cumprir o ordenamento constitucional de se prestar contas e de se disponibilizarem informações orçamentárias, programáticas, financeiras, econômicas e patrimoniais confiáveis, completas, claras e oportunas e também pelo fato de permitir o adequado acompanhamento da execução orçamentária.

Desta forma, para que a contabilidade pública possa exercer a função como instrumento fundamental de controle, é necessário que as informações geradas sejam extremamente compreensíveis, tenham relevância, sejam confiáveis, comparáveis, verificáveis, transparentes e, é claro, tornem-se instrumentos de informações úteis para seus usuários.

3 METODOLOGIA

O objetivo desta pesquisa consiste em analisar o sistema de contabilidade pública, uma vez que este é o suporte do ciclo orçamentário no município de Cabrobó-PE.

A pesquisa caracteriza-se como descritiva, de levantamento e qualitativa. Quanto ao tempo de aplicação, se enquadra como de corte transversal. Também se classifica como um estudo de caso tendo em vista que, visa absorver o esquema de referência e a definição da situação de um dado participante; estabelecer um exame detalhado do processo organizacional; bem como evidenciar fatores particulares ao caso que podem levar a um maior entendimento da causalidade.

A coleta de dados se deu por meio de entrevista estruturada com o Contador da Prefeitura Municipal de Cabrobó-PE.

Para análise dos dados utilizou-se a análise de conteúdo, uma vez que pode ser definida como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 1977. p. 31).

4 ANÁLISE DOS DADOS

A Prefeitura do Município de Cabrobó-PE possui um total de 1533 funcionários, sendo que destes 724 são efetivos, 723 contratados e 86 comissionados, os mesmos encontram-se distribuídos em 9 secretarias ((Secretaria de Governo; Secretaria de Planejamento, Informação e Controle Interno; Secretaria de Finanças; Secretaria de Infra-Estrutura Urbana; Secretaria de Educação e Esportes; Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária; Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente).

Após a entrevista com o Contador da prefeitura em estudo, considerou-se como fator preponderante que a transparência como opção política do gestor, pode ser manifestada por meio da criação de formas de participação popular no processo de elaboração do orçamento e acompanhamento da execução orçamentária, bem como, na elaboração de prestações de contas, havendo uma vasta disponibilização de informações.

O entrevistado asseverou que a atual responsabilidade social imputada aos contadores estreita o perfil desejado do futuro profissional da contabilidade. No exercício de suas funções, de acordo com o entrevistado, o contador deve estar capacitado para lidar com a sociedade civil de forma endógena e exógena. Segundo ele, do ponto de vista endógeno o contador moderno deve trabalhar como um dos atores sociais implementadores das políticas públicas. Não basta ser gerente e ter apenas uma visão gerencial, existe a premente necessidade de incorporar à produção profissional, medidas concretas de interesse social, objetivo maior da administração pública.

Desta forma, o contador público deve estar comprometido para fazer parte de um sistema integrado de informações, ao qual é responsável pela consolidação, veracidade e publicização das informações necessárias ao processo decisório, bem como para a avaliação do desempenho governamental.

Portanto, cabe ao profissional visualizar a real dimensão de suas tarefas no dia-a-dia da gestão pública, e este construir um canal de interlocução com representantes dos órgãos prestadores de serviços, de forma que os demonstrativos contábeis expressem as informações requeridas pela sociedade.

Não é suficiente atender somente à lei, mas sim, preparar e prover de todas as informações para a sociedade civil, e que esta possa exercer o seu papel de *controller* das atividades governamentais. Neste diapasão, o papel do contador moderno ganha extrema relevância na interface que deve existir entre a estrutura burocrática e os agentes fiscalizadores da gestão pública.

Em se tratando do ponto de vista exógeno, a responsabilidade social do contador é partilhada de forma direta e indireta, com outros atores sociais integrantes da gestão pública.

A postura profissional do Contador na esfera pública deve levar em consideração os princípios norteadores da contabilidade, e, acima de tudo, prestar elevada contribuição para a efetiva participação social, dotando de informações claras, precisas e fidedignas os órgãos, entidades, conselhos e os próprios cidadãos, a fim de propiciar a estes partícipes condições de deliberar, fiscalizar e acompanhar a gestão pública.

Portanto, a *accountability*, atuando como instrumento de controle social, deve estar aliada com o Contador Público, desde que o processo de co-gestão pública seja implementado à luz dos princípios norteadores do sistema de controle (eficiência, eficácia, efetividade, economicidade, legalidade e moralidade).

Desta forma, cabe ao Contador, segundo o entrevistado, por se tratar de um dos responsáveis pela gestão pública, a prerrogativa de conduzir este processo com persuasão e demonstrativos gerenciais fidedignos, utilizando-se dos recursos humanos e tecnológicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo principal analisar o sistema de contabilidade pública do município de Cabrobó-PE, no período da gestão em exercício para tornar transparente o processo de elaboração do orçamento e evidenciar os relatórios e outras informações concernentes à execução orçamentária.

Os resultados demonstram que a transparência enquanto aspecto político do processo orçamentário apresentou-se incipiente no município de Cabrobó/PE, embora se tenha evidenciado melhoria durante gestão em exercício. Pode-se atribuir essa melhora devido às imposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual exige maior transparência e responsabilidade dos gestores na administração dos recursos públicos.

Mesmo havendo certa preocupação em disponibilizar publicidade aos resultados das ações na gestão analisada, não se observou redução no déficit de *accountability*.

Verificou-se por meio do estudo de caso, a existência de um compromisso com a transparência do orçamento público na gestão em exercício analisada, no qual as informações ainda não são disponibilizadas ou são de forma insuficiente, sem a devida divulgação de informações de natureza qualitativa, que pode ocasionar entraves à sua compreensão e análise por parte da população.

Em se tratando do exercício da contabilidade no processo orçamentário, esta destaca-se como relevante função na divulgação dos resultados do processo de gestão pública em exercício. A contabilidade, além das prerrogativas necessárias, tem o dever e o compromisso de evidenciar informações tais que sejam transparentes, para que possam contribuir para o aumento de *accountability* no trato com os recursos públicos consolidados por meio do processo orçamentário.

REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, A.; ARAÚJO, A. M. P. de. **Introdução à Contabilidade**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2004. vol. 1. 232 p.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977.
- BEZERRA FILHO, J. E. **Contabilidade Pública: Teoria, Técnica de Elaboração de Balanços e Questões**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus Elsevier, 2006. 360 p.
- BRASIL. Lei n.º 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/lcp101.htm>. Acesso em 9/0/2008.
- CRUZ, J. A. W.; ANDRICH, E. G.; SCHIER, C. U. C. **Contabilidade Introdutória Descomplicada**. Curitiba: editora Juruá, 2010 – 3 Edição.
- DIAS, A. G. In: Curso Noções de Direito Administrativo. EAD-UCDB, 2007. 51 p.
- MORITZ, G. de O.; PEREIRA, M. F. **Processo Decisório**. Florianópolis: SEAD/UFSC, 2006. 168 p.

REIS, H. da C. **Contabilidade e Gestão Governamental**: Estudos Especiais.
Rio de Janeiro: IBAM, 2004. 192 p.